



PART OF
THE NAVIGATOR
COMPANY

RESUMO PÚBLICO

DO PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

Unidades de Gestão Florestal

Manica e Zambézia

Versão: 4

Data de aprovação: Setembro de 2026

Período de aplicação: 2024–2029

Documento público · Português

ÍNDICE

1. Identificação, controlo documental e estatuto	5
1.1 Identificação e controlo documental	5
1.2 Estatuto do documento	5
2. Enquadramento e finalidade do Resumo Público	6
2.1 Conteúdo do Resumo Público	6
2.2 Informação não divulgada	7
3. Apresentação da Portucel Moçambique	7
3.1 A empresa	7
3.2 Percurso	7
3.3 Parcerias técnicas e institucionais	7
3.4 Organização	8
3.5 Visão, missão e valores	8
4. Âmbito, Unidades de Gestão e mapas	9
4.1 Âmbito do Plano	9
4.2 Unidades de Gestão	9
4.3 Mapas	10
5. Política e objectivos de gestão responsável	11
5.1 Política florestal	11
5.2 Objectivos de gestão florestal	11
5.3 Indicadores e metas	12
6. Direitos de uso da terra e enquadramento legal	12
6.1 Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT)	12
6.2 Registo de requisitos legais	13
6.3 Manutenção da conformidade legal	13
7. Contexto territorial, social e económico	13
7.1 Organização territorial	13
7.2 Contexto social e económico	13
7.3 Uso da terra e pressões sobre a vegetação natural	14
8. Caracterização biofísica e recursos naturais	14
8.1 Relevo, clima e solos	14
8.2 Recursos hídricos	15
8.3 Flora, fauna e habitats	15

8.4 Áreas de conservação e Altos Valores de Conservação (AVC)	16
9. Recursos florestais e sistema silvícola.....	18
9.1 Arquitectura e níveis de planeamento florestal	18
9.2 Projecto Florestal	19
9.3 Espécies, materiais genéticos e justificação	19
9.4 Classes de idade, inventário e produtividade	19
9.5 Produção de plantas	20
9.6 Instalação, manutenção, talhadia e rearborezação	20
10. Protecção e salvaguardas operacionais.....	22
10.1 Incêndios florestais e uso planeado do fogo	22
10.2 Pragas, doenças e produtos fitofarmacêuticos	23
10.3 Espécies invasoras.....	24
10.4 Solo, erosão, água e infra-estruturas	24
11. Colheita, carregamento, logística e rastreabilidade	26
11.1 Colheita florestal	26
11.2 Logística e transporte	26
11.3 Rastreabilidade	27
12. Trabalhadores, prestadores, formação e saúde e segurança.....	27
12.1 Emprego	27
12.2 Formação.....	27
12.3 Saúde e segurança no trabalho.....	27
13. Comunidades, partes interessadas, reclamações e disputas	28
13.1 Relacionamento com as comunidades e acesso à terra.....	28
13.2 13.2 Reclamações e resolução de disputas	28
13.3 Locais culturais e de uso comunitário	28
14. Benefícios económicos e sociais	28
15. Monitorização, resultados e gestão adaptativa	30
15.1 Abordagem	30
15.2 Quadro de monitorização	30
15.3 Resultados recentes.....	30
15.4 Gestão adaptativa.....	31
16. Desafios, prioridades e alterações introduzidas.....	31
16.1 Desafios e prioridades	31
16.2 Alterações introduzidas.....	32

17. Contactos e informação complementar	32
17.1 Contactos	32
17.2 Informação complementar.....	32
17.3 Siglas e abreviaturas	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Portucel Moçambique.	8
Figura 2 – Localização das províncias de Manica e da Zambézia e das parcelas de DUAT.....	10
Figura 3 – Cadeia de Valor da Portucel Moçambique.	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do património por estágios de desenvolvimento.	20
Tabela 2 – Colheita no primeiro semestre de 2026.....	26
Tabela 3 – Principais resultados de monitorização.....	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação e controlo documental.....	5
Quadro 2 – Áreas e dados de referência do âmbito do Plano.	9
Quadro 3 – Dados territoriais e âmbito administrativo das Unidades de Gestão.	9
Quadro 4 – Objectivos, indicadores e metas de gestão.	12
Quadro 5 – Tipos de vegetação e unidades de mapeamento (UM).	15
Quadro 6 – Altos Valores de Conservação: valores, ameaças, medidas e indicadores.	17
Quadro 7 – Benefícios económicos e sociais.....	29
Quadro 8 – Quadro de monitorização.	30
Quadro 9 – Desafios e prioridades.....	31

1. Identificação, controlo documental e estatuto

1.1 Identificação e controlo documental

Quadro 1 – Identificação e controlo documental.

Elemento de controlo	Informação
Título	Resumo Público do Plano de Gestão Florestal
Organização	Portucel Moçambique
Versão / data de aprovação	Versão 4 (Revisão 04) · Setembro de 2026
Período de aplicação	2024–2029
Unidades de Gestão abrangidas	Manica: UGF 20501 a 20551 Zambézia: UGF 10501 a 10555
Responsável pela aprovação	Administrador-Delegado
Responsável pela revisão	Direcção de Sustentabilidade e Direcção de Planeamento e Gestão de Terras
Periodicidade de revisão	Pelo menos de três em três anos, ou antes, quando os resultados da monitorização, alterações legais, auditorias, consultas às partes interessadas, nova informação científica ou alterações operacionais o justifiquem.
Referencial de gestão florestal considerado	FSC-STD-MOZ-01-2026, <i>FSC Interim Forest Stewardship Standard for Mozambique</i> , versão 1-0, em vigor desde 15 de Março de 2026.
Idioma e acesso	Português. Documento público, disponibilizado gratuitamente.
Contactos	Ver secção 17.

1.2 Estatuto do documento

O presente Resumo Público apresenta os principais elementos do Plano de Gestão Florestal aplicável às Unidades de Gestão identificadas neste documento. Destina-se a comunicar, de forma acessível, os objectivos, as práticas, as medidas de gestão e os principais resultados de monitorização da Portucel Moçambique, sem divulgar informação comercial, pessoal, cultural ou ambiental considerada confidencial ou sensível.

O documento não substitui o Plano de Gestão Florestal completo, os procedimentos operacionais, os planos anuais, os estudos especializados nem os registos de monitorização. Os componentes relevantes que não sejam confidenciais podem ser solicitados através dos contactos indicados na secção 17.

Estatuto de certificação

A Portucel Moçambique encontra-se a desenvolver e a melhorar o seu sistema de gestão florestal, com o objectivo de o submeter a avaliação independente segundo um referencial internacional de gestão florestal responsável. À data de aprovação deste documento, a Portucel Moçambique **não é titular de certificação de gestão florestal** para as áreas abrangidas. A referência ao referencial FSC identifica apenas a norma considerada na preparação e avaliação do sistema e não constitui certificação, aprovação ou garantia de emissão de certificado. A realização de avaliações preparatórias ou de uma auditoria principal não implica, por si só, a emissão de um certificado.

2. Enquadramento e finalidade do Resumo Público

O presente documento constitui o Resumo Público do Plano de Gestão Florestal da Portucel Moçambique para as Unidades de Gestão Florestal situadas nas províncias de Manica e da Zambézia. A sua finalidade é dar a conhecer às suas partes interessadas acesso a uma síntese compreensível da forma como as plantações e as áreas associadas são planeadas, geridas e monitorizadas.

O Plano aplica-se às actividades de planeamento, produção de plantas, instalação e manutenção dos povoamentos, prevenção e combate a incêndios, conservação, colheita, carregamento e transporte até ao ponto definido de transferência de responsabilidade. O planeamento considera as limitações legais, ambientais, sociais, culturais, operacionais e de conservação aplicáveis.

2.1 Conteúdo do Resumo Público

Seguindo a estrutura de conteúdos do Plano de Gestão Florestal, o Resumo Público apresenta:

- a identificação da organização, o âmbito, as Unidades de Gestão e os mapas de localização (secções 1 a 4);
- a política, os objectivos e as metas de gestão, o quadro legal e os direitos de uso da terra (secções 5 e 6);
- a caracterização territorial, social, económica e biofísica, incluindo as áreas de conservação e os Altos Valores de Conservação (secções 7 e 8);
- os recursos florestais, o sistema silvícola, as salvaguardas operacionais, a colheita e a rastreabilidade (secções 9 a 11);
- as relações com trabalhadores e comunidades, os benefícios económicos e sociais (secções 12 a 14);
- a monitorização, os resultados, a gestão adaptativa, os desafios e as alterações introduzidas (secções 15 e 16);
- os contactos e a informação complementar (secção 17).

2.2 Informação não divulgada

Não são divulgadas neste documento as coordenadas de cemitérios, locais sagrados e outros recursos culturais ou comunitários sensíveis, nem a localização de espécies ameaçadas, sem o consentimento claro dos titulares de direitos. Também não são divulgados preços, contratos, listas nominais, dados pessoais, detalhes de segurança nem informação individual sobre reclamações ou litígios. Os dados sociais e laborais são apresentados de forma agregada.

3. Apresentação da Portucel Moçambique

3.1 A empresa

A Portucel Moçambique é uma empresa moçambicana, detida pela The Navigator Company e pela International Finance Corporation (IFC), que está a implementar um projecto florestal integrado com uma indústria de elevado valor acrescentado nacional, geradora de emprego qualificado e de riqueza para o País.

3.2 Percurso

A Portucel Moçambique foi constituída em 2009 como empresa moçambicana de direito privado, tendo então sido iniciadas as consultas públicas nas comunidades existentes nas áreas do projecto. O Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) foi concedido pelo Estado por um período de 50 anos (ver secção 6).

Seguiram-se os testes com eucalipto no terreno, para aferir a adaptabilidade de diferentes materiais genéticos e conhecer as práticas silvícolas a adoptar, e a realização de estudos de impacte ambiental e social nas duas províncias. Nesta fase foram também lançados os Programas de Comunicação e de envolvimento com as partes interessadas e o Programa de Acesso à Terra, com o objectivo de obter, desde o início, evidência dos compromissos voluntários assumidos sobre a utilização da terra.

3.3 Parcerias técnicas e institucionais

Ao longo do percurso da Portucel Moçambique, o RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel, que assegura a actividade de I&D da The Navigator Company nas vertentes florestal e industrial, tem participado activamente no projecto: desde a prospecção de novas áreas para plantação, a recomendação dos primeiros materiais genéticos a testar, as recomendações de adubação e a definição de macrozonas edafoclimáticas, até à fase de implementação das plantações em larga escala, com estudos dedicados a temas específicos de silvicultura e recomendações técnicas para o seu adequado desenvolvimento.

Existem ainda parcerias e projectos com entidades nacionais e internacionais, nomeadamente:

- a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), através de consultoria e apoio em análises de solo e água;
- o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM);
- a Wildlife Conservation Society (WCS), no [projecto Combo](#), em matéria de biodiversidade;
- a plataforma *New Generation Plantations* (NGP), para a melhoria constante e a partilha de ideias na gestão sustentável da paisagem;

- o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), apoiado pela Portucel Moçambique no desenvolvimento de programas de fomento florestal, através do MOZFIP (*Forest Investment Program*), em alinhamento com as estratégias nacionais de desenvolvimento do sector florestal.

3.4 Organização

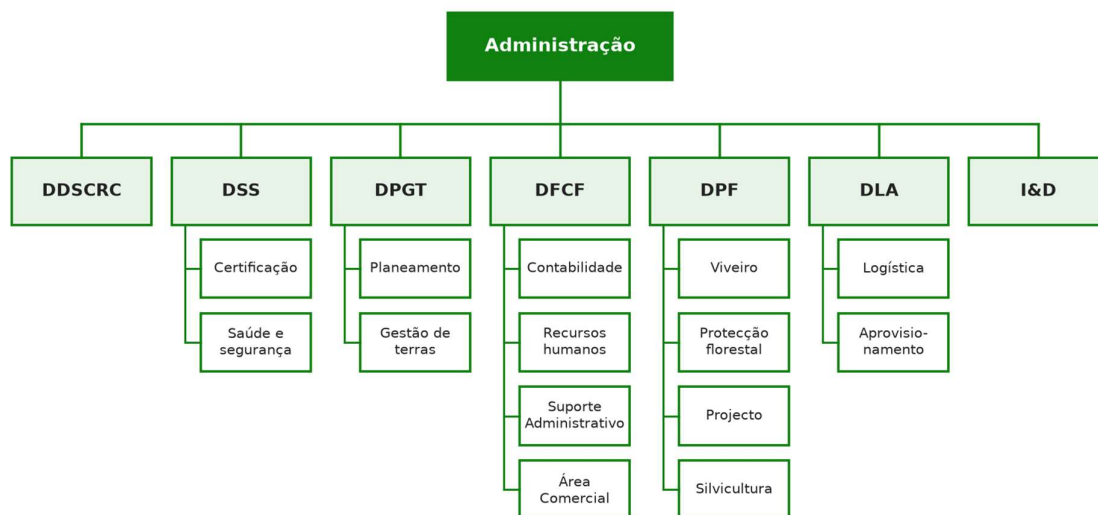


Figura 1 – Organograma da Portucel Moçambique.

DSS – Direcção de Sustentabilidade; DPGT – Direcção de Planeamento e Gestão de Terras. A lista completa de siglas consta da secção 17.

3.5 Visão, missão e valores

Visão	Ser uma empresa líder e exemplar na implementação e gestão sustentável de projectos integrados de base florestal.
Missão	Garantir as condições e operações inerentes à implementação do Projecto Portucel Moçambique, em termos competitivos, promovendo sustentadamente o desenvolvimento económico e social, cuidando dos valores ambientais e preservando os critérios reputacionais pelos quais a Companhia se pauta.
Valores	Honestidade · Respeito pela pessoa humana e pelas diferenças culturais · Fazer melhor e cada vez melhor · Espírito de iniciativa · Dar o exemplo · Dedicação · Desenvolvimento pessoal e profissional · Trabalhar em equipa

4. Âmbito, Unidades de Gestão e mapas

4.1 Âmbito do Plano

À data de Setembro de 2026, o âmbito declarado do Plano abrange **23 897 ha**, dos quais 12 060 ha correspondem a plantações de eucalipto, 3 221 ha a vegetação natural e áreas de conservação e protecção e 8 616 ha a outros usos. A área de conservação e protecção representa cerca de 13,5 % do âmbito.

A inclusão de uma área no DUAT não significa que toda a área seja destinada à plantação. Das áreas sob DUAT, apenas as que integram o âmbito do Plano são objecto da gestão aqui descrita.

Quadro 2 – Áreas e dados de referência do âmbito do Plano.

Categoria	Área	Data de referência
Área total sob DUAT	356 324 ha	Setembro de 2026
Área dentro do âmbito do Plano	23 897 ha	Setembro de 2026
Plantações de eucalipto	12 060 ha	Setembro de 2026
Vegetação natural e áreas de conservação e protecção	3 221 ha	Setembro de 2026
Outros usos	8 616 ha	Setembro de 2026
Povoados nos DUAT	168	Setembro de 2026

4.2 Unidades de Gestão

Em Manica, as áreas sob gestão estão distribuídas por 13 parcelas de DUAT não contíguas e abrangem quatro dos seis distritos onde temos DUATS: Barué, Manica, Gondola e Sussundenga (em falta Vanduzi e Mossurize). Na Zambézia, estão distribuídas por 22 parcelas de DUAT, também não contíguas, abrangendo três de quatro distritos onde temos DUAT: Namarrói, Ile e Mulevala (Alto Molocué). No total, o Plano abrange 35 parcelas de DUAT em dez distritos.

Para cada parcela é identificada a província, o distrito e o posto administrativo, e cada uma corresponde a um processo cadastral independente. A gestão é organizada em Unidades de Gestão Florestal (UGF), identificadas por código: 20501 a 20551 em Manica e 10501 a 10555 na Zambézia.

Quadro 3 – Dados territoriais e âmbito administrativo das Unidades de Gestão.

Província	Distrito	Postos administrativos	UGF	Área (ha)
Manica	Barué	Chuala; Honde-Cruz; Tsissico; Tsongorera	20502, 20503, 20506, 20507, 20510, 20511	
Manica	Gondola	Gondola; Amatongas	20517, 20522, 20523, 20524, 20526, 20527, 20528, 20529, 20530, 20531, 20532	
Manica	Manica	Mavonde	20509	
Manica	Mossurize	Dacata; Mossurize; Espungabera	N/A	
Manica	Sussundenga	Sussundenga-Sede	20533, 20535, 20536, 20537, 20538, 20539, 20540	

Província	Distrito	Postos administrativos	UGF	Área (ha)
Manica	Vanduzi	Vanduzi	N/A	
Manica	Total provincial		13 de 21 parcelas de DUAT	182 603
Zambézia	Alto Molócuè	Alto Molócuè sede	N/A	
Zambézia	Ile	Ile; Socone	10508, 10509, 10510, 10511, 10512, 10513, 10514, 10515, 10520, 10521, 10523, 10524, 10525, 10526, 10527, 10529, 10530, 10531, 10532, 10533, 10534, 10535, 10536, 10540, 10541, 10542, 10545, 10546, 10547, 10548, 10549, 10550	
Zambézia	Mulevala	Mulevala; Jajo	10551, 10552, 10553, 10554, 10555	
Zambézia	Namarroí	Regone-Sede; Namarroi-sede	10501, 10502, 10503, 10504, 10505, 10506, 10507	
Zambézia	Total provincial		22 de 25 parcelas de DUAT	
Total	10 distritos		35 de 46 parcelas de DUAT	356 324

Os valores de área correspondem à área sob DUAT total por Província.

4.3 Mapas

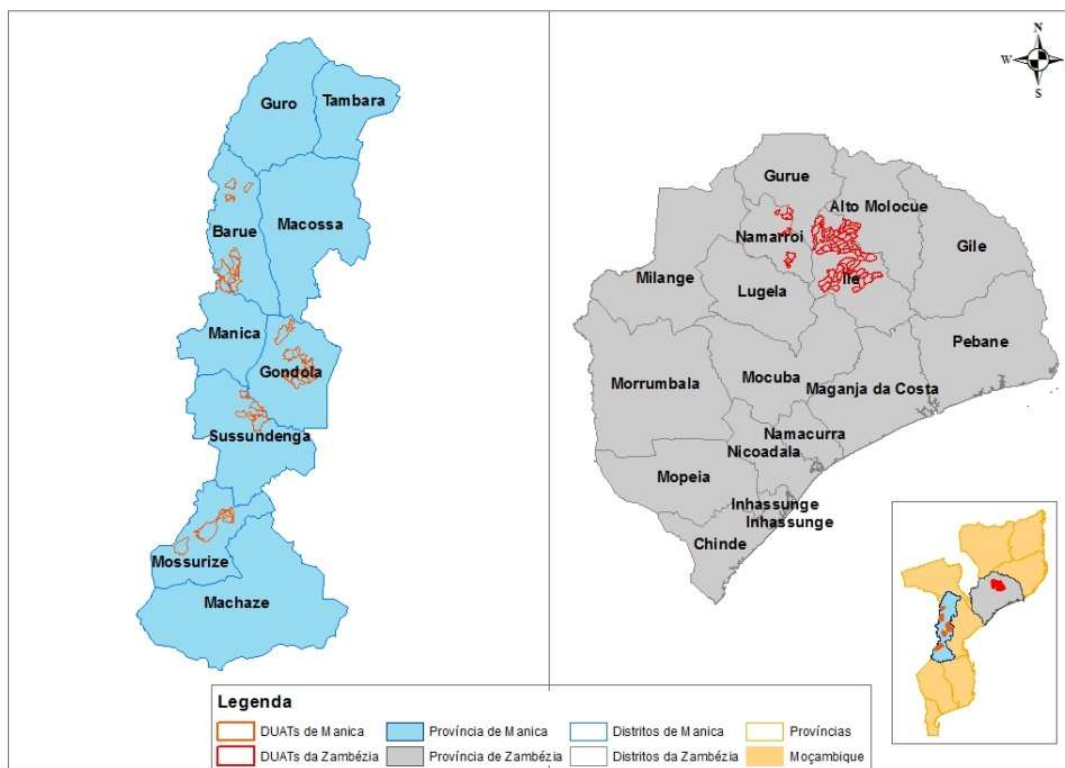


Figura 2 – Localização das províncias de Manica e da Zambézia e das parcelas de DUAT.

Fonte: Portucel Moçambique. Os mapas não identificam coordenadas de cemitérios, locais sagrados ou outros recursos sensíveis.

5. Política e objectivos de gestão responsável

5.1 Política florestal

Em consonância com as [Políticas do Grupo](#) The Navigator Company, a que pertence, a Portucel Moçambique promove a gestão inclusiva, eficiente e competitiva do território sob sua responsabilidade.

Consciente do seu papel como agente de desenvolvimento económico e social, a Portucel Moçambique tem como objectivo estabelecer plantações florestais e promover a criação de espaços agroflorestais, conciliando a produção de bens com a conservação dos recursos naturais e uma actuação responsável perante as famílias e as comunidades existentes nas áreas de desenvolvimento do projecto.

Aplica um modelo de gestão da paisagem em mosaico, concebido para favorecer a coexistência entre plantações, usos comunitários e áreas de conservação (ver secção 6).

Para garantir a geração de valor e o reconhecimento da sua actividade pela sociedade, pelos accionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e restantes partes interessadas, a Portucel Moçambique adopta um modelo de gestão dos espaços florestais que:

- visa contribuir para a manutenção e melhoria contínua das funções produtiva, económica, ecológica, social e ambiental, quer ao nível do povoamento, quer à escala da paisagem;
- assenta em critérios desenvolvidos em conformidade com as boas práticas técnicas, ambientais e sociais da The Navigator Company, reflectidos no seu Código de Boas Práticas Florestais, com os padrões de desempenho da International Finance Corporation (IFC, Grupo Banco Mundial) e com os princípios da gestão florestal responsável. Os [compromissos](#) da Empresa estão disponíveis no seu sítio na Internet.

5.2 Objectivos de gestão florestal

A Portucel Moçambique estabelece os seguintes objectivos para a gestão das Unidades de Gestão:

- produzir madeira de eucalipto de forma económica e tecnicamente viável, mantendo a capacidade produtiva do solo e a resiliência dos povoamentos;
- cumprir a legislação moçambicana e os outros compromissos aplicáveis à gestão florestal;
- respeitar os direitos legais e consuetudinários das comunidades e prevenir ou reparar os impactos negativos associados às actividades;
- proteger os trabalhadores e prestadores de serviços, assegurando condições de trabalho dignas e seguras;
- conservar a biodiversidade, os ecossistemas naturais, os recursos hídricos, os solos e os valores sociais e culturais existentes;
- manter ou melhorar os Altos Valores de Conservação identificados;
- prevenir a conversão indevida de ecossistemas naturais e gerir as plantações dentro dos limites ambientais e sociais definidos e do contexto local;
- monitorizar os resultados da gestão e adaptar práticas, procedimentos e prioridades quando os resultados revelem desvios ou eficácia insuficiente;
- manter um relacionamento transparente com as partes interessadas e disponibilizar mecanismos acessíveis de consulta, reclamação e resolução de disputas.

5.3 Indicadores e metas

O progresso na concretização dos objectivos é avaliado através dos indicadores abaixo, com a frequência indicada. As metas e os resultados são actualizados em cada revisão do Resumo Público; o sinal «—» indica que a meta ou o resultado não se encontra ainda publicado.

Quadro 4 – Objectivos, indicadores e metas de gestão.

Objectivo	Indicador	Frequência	Meta	Resultado do último período
Conformidade legal	Requisitos vencidos não cumpridos	Trimestral	Zero	0
Saúde e segurança no trabalho	Índices de frequência e de gravidade de acidentes	Mensal	If < 0,4 Ig < 15,4	If=0 Ig=0
Solo	Pontos de erosão tratados no prazo	Trimestral	—	—
Água	Pontos monitorizados conforme o plano	Semestral	8 Pontos	10 Pontos
Conservação	Área sob conservação efectiva (percentagem do âmbito)	Anual	Superior a 10%	13,5%
Altos Valores de Conservação	Medidas implementadas por AVC (%)	Anual	100%	20%
Social	Reclamações tratadas no prazo	Semestral	> 80%	82%
Operações	Conformidade no controlo de qualidade	Por operação	Avaliações positivas acima de 75%	—

6. Direitos de uso da terra e enquadramento legal

6.1 Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT)

A Portucel Moçambique detém o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), concedido pelo Estado por um período de 50 anos, em parcelas não contíguas nas províncias de Manica (182 603 ha) e da Zambézia (173 721 ha), perfazendo 356 324 ha (ver secção 4). Cada parcela corresponde a um processo cadastral independente.

Desde a sua concepção e apresentação ao Governo de Moçambique, o projecto foi estruturado segundo um **Modelo Mosaico**, assente na coexistência entre plantações, usos comunitários e conservação. A Autorização de Investimento n.º 249/2009, aprovada pela Resolução n.º 7/2009 do Conselho de Ministros, de 22 de Dezembro, estabeleceu que a implantação da base florestal e das plantações poderia ocupar, no máximo, dois terços da área total atribuída em DUAT, salvaguardando o remanescente para outros usos e para valores ambientais, sociais e culturais.

A inclusão de uma área no DUAT não significa que toda a área seja destinada à plantação: apenas as áreas que integram o âmbito do Plano são objecto da gestão aqui descrita.

6.2 Registo de requisitos legais

A Portucel Moçambique mantém um registo actualizado dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis às suas actividades. A aplicabilidade, o estado de cumprimento, as evidências e as acções necessárias são avaliados periodicamente pelas áreas responsáveis. Os desvios identificados são registados, tratados e acompanhados até ao seu encerramento.

O registo inclui, entre outras, as seguintes categorias: direitos de uso e aproveitamento da terra; licenciamento ambiental e operacional; floresta; trabalho, saúde e segurança; água; resíduos; produtos fitofarmacêuticos; transporte; fiscalidade; direitos comunitários; património cultural; prevenção da corrupção; e demais autorizações aplicáveis.

6.3 Manutenção da conformidade legal

Para além do levantamento exaustivo realizado no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental e Social, a Portucel Moçambique mantém contactos regulares com assessoria jurídica e utiliza ferramentas de comunicação de actualizações legais. As auditorias realizadas contribuem igualmente para identificar os normativos e requisitos mais relevantes para as operações.

Para acompanhar a legislação nova, é utilizado o portal jurídico, que reúne legislação e jurisprudência. Sempre que surge um diploma novo, verifica-se a sua aplicabilidade e a informação é partilhada ao mais alto nível da Empresa.

As operações florestais estão sujeitas, designadamente, à Lei n.º 17/2023, de 29 de Dezembro, e ao respectivo Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 78/2024, de 7 de Novembro, sem prejuízo de outras autorizações ou condicionantes aplicáveis a cada operação.

7. Contexto territorial, social e económico

7.1 Organização territorial

Em Manica, a Portucel Moçambique gere parcelas de DUAT não contíguas em seis distritos (Barué, Manica, Gondola, Vanduzi, Sussundenga e Mossurize); na Zambézia, em quatro distritos (Namarrói, Ile, Mulevala e Alto Molócuè). Os distritos de Vanduzi e de Mulevala foram entretanto autonomizados dos distritos de Gondola e de Ile, respectivamente. Os dados detalhados constam da secção 4.

7.2 Contexto social e económico

A principal ocupação da população é a agricultura familiar de subsistência. A produção e a produtividade são afectadas por diversas variáveis que provocam ruptura dos stocks alimentares, pelo que cerca de 32% das famílias são afectadas por insegurança alimentar. As principais fontes de água existentes são rios, riachos e lagoas. Um conjunto alargado de famílias não tem rendimentos adicionais nem animais de criação.

Um número considerável de escolas não tem acesso a água potável, e as infra-estruturas de apoio aos doentes, as condições de saneamento e o acesso a electricidade são deficientes nas duas províncias

. Existem 168 Povoados nos DUAT.

7.3 Uso da terra e pressões sobre a vegetação natural

A agricultura itinerante tem causado a perturbação ecológica mais significativa nas duas províncias. Grandes extensões de terra com vegetação originalmente densa foram, e continuam a ser, convertidas em campos agrícolas para o cultivo de milho, mandioca, girassol, amendoim e gergelim, entre outras culturas. O fogo é também frequentemente utilizado pelas comunidades na preparação das machambas, na caça e na recolha de produtos como o mel e o carvão (ver secção 10.1).

8. Caracterização biofísica e recursos naturais

A caracterização biofísica das regiões de actuação da Portucel Moçambique, em Manica e na Zambézia, é apresentada nos temas seguintes: relevo, clima e solos; recursos hídricos; flora, fauna e habitats; e áreas de conservação e Altos Valores de Conservação (AVC).

8.1 Relevo, clima e solos

Relevo

O relevo de Moçambique apresenta um gradiente altimétrico que vai dos níveis mais baixos, junto ao litoral, aos mais altos, no interior, configurado em planícies, planaltos e montanhas. Os planaltos estendem-se ao longo das fronteiras ocidentais e encontram-se sobretudo no Norte e no centro do país.

Os DUAT de Manica e da Zambézia situam-se em zonas de planalto: 79% da área de Manica encontra-se em altitudes entre 400 e 700 m e 91% da área da Zambézia entre 300 e 600 m. Aproximadamente 50% das áreas de actuação nas duas províncias situam-se em classes de declive de 0 a 10%.

Clima

Com base na informação de precipitação total anual e de temperatura média mensal disponível em linha (WorldClim) e em dados de estações meteorológicas de Moçambique, foram definidas Classes de Potencial de Clima, segundo a metodologia do RAIZ, desenvolvida para captar as principais variações climáticas relevantes para o cultivo de eucalipto. Em Manica e na Zambézia ocorrem desde condições inaptas para esse cultivo até à classe mais favorável ao crescimento (classe 4).

Solos

Os solos das áreas de influência da Portucel Moçambique são heterogéneos e apresentam variabilidade local. Dada a carência de informação adequada às necessidades da gestão silvícola, foi realizada uma caracterização edáfica abrangente e sistemática dos DUAT (zonagem), que consistiu na descrição morfológica de perfis de solo, complementada por análises químicas de amostras, segundo os conceitos e a metodologia internacional WRB/FAO (2014). Os principais tipos de solo foram depois estratificados em classes de aptidão para o cultivo de eucalipto, segundo a metodologia do RAIZ.

8.2 Recursos hídricos

A maior parte dos principais rios de Moçambique corre de oeste para este (ou de noroeste para sueste) e desagua no Canal de Moçambique, registando caudais máximos na época das chuvas e mínimos na estação seca.

Em Manica, as áreas sob gestão estão sob influência das grandes bacias hidrográficas do Buzi, do Pungué e do Zambeze. Na Zambézia, estão sob influência das bacias do Licungo, do Melela, do Nipiode e do Raraga. Os rios Pungué e Buzi (Manica) e Licungo (Zambézia) são os principais cursos de água associados às áreas sob gestão. A monitorização da qualidade da água e as medidas de protecção são descritas na secção 10.4.

8.3 Flora, fauna e habitats

Flora e vegetação

A uma escala regional, os DUAT de Manica e da Zambézia ocorrem em sete tipos genéricos de vegetação, apresentados no quadro seguinte.

Quadro 5 – Tipos de vegetação e unidades de mapeamento (UM).

Tipo de vegetação	Manica	Zambézia
1. Floresta húmida e sempre verde	UM1	—
2. Floresta húmida e semi-decídua	UM2	—
3. Mata de miombo semi-decídua de alta precipitação (<i>Brachystegia spiciformis</i>)	UM21	UM21
4. Mata de miombo decídua e aberta (<i>Brachystegia spiciformis</i> – <i>Julbernardia globiflora</i>)	UM23	UM23
5. Mata de miombo semi-fechada	UM29	—
6. Savana arbórea semi-sempre verde de alta precipitação (<i>Parinari curatellifolia</i>)	UM39	—
7. Graminal sobre montanha	UM68	—

Fonte: Wild e Barbosa (1967).

Fauna

Os principais levantamentos de referência sobre fauna foram realizados no âmbito dos Estudos de Impacte Ambiental dos Projectos Florestais de Manica e da Zambézia, cujos relatórios finais foram emitidos em Setembro de 2014, preparados pela Impacto, Lda., com participação de especialistas em fauna e ecologia terrestre. Os estudos abrangeram as áreas de DUAT nas duas províncias e incluem listas de espécies observadas e de vertebrados com ocorrência esperada ou potencial, bem como a avaliação da sensibilidade ecológica das diferentes áreas. Na Zambézia, a avaliação incluiu as áreas de concessão de Ile, Mocuba, Regone e Socone.

A metodologia combinou levantamentos de campo, observações directas e incidentais e respectivos indícios, avaliação dos habitats, registo fotográfico georreferenciado, análise de conectividade e funcionalidade ecológica, consulta de literatura e de bases de dados de distribuição de espécies, imagens de satélite e análise em Sistema de Informação Geográfica. Na Zambézia, o trabalho de campo decorreu durante 11 dias, por dois ecologistas, tendo cada tipo de habitat sido avaliado quanto ao grau de perturbação, à funcionalidade ecológica, à

presença de unidades ecologicamente sensíveis, ao potencial para espécies de interesse para a conservação e à conectividade.

Os levantamentos têm limitações. O tempo disponível e as dificuldades de acesso obrigaram a uma amostragem selectiva, tendo algumas áreas ficado inacessíveis ou por visitar. A avaliação foi feita à escala da paisagem e não constituiu um inventário faunístico exaustivo. A campanha decorreu na estação seca e fria, quando alguns grupos são menos detectáveis (por exemplo, anfíbios em dormência e aves migratórias ausentes), e a deslocação predominantemente por estrada pode ter condicionado a representatividade das observações. Por estas razões, a ausência de registo de uma espécie não é interpretada como prova da sua ausência, nem as espécies de ocorrência potencial são apresentadas como ocorrências confirmadas.

A informação de referência tem sido actualizada através de registos de biodiversidade efectuados pelos Agentes de Ligação Comunitária e pelos técnicos no terreno, de avistamentos e ocorrências registados nos sistemas de gestão, de fotografias georreferenciadas, de avaliações da condição ecológica das áreas de conservação, de consultas às comunidades e da validação pela equipa técnica de Sustentabilidade. Os registos são compilados numa base de dados centralizada.

Em 2025, foi desenvolvida com a Wildlife Conservation Society (WCS) uma análise de priorização para conservação e restauro, que abrangeu as áreas de conservação e protecção existentes e as áreas dos DUAT de Manica e da Zambézia. A análise utilizou os registos de espécies da Portucel Moçambique, dados de cobertura arbórea de 2024, conectividade florestal, ecossistemas ameaçados, proximidade de linhas de água e análise espacial multicritério. Os resultados representam uma priorização relativa e carecem de validação no terreno; não confirmam a presença de espécies em cada local nem classificam de forma absoluta o estado ecológico das áreas.

Em 2026, a informação foi consolidada no Plano de Acção para a Biodiversidade e complementada por avaliações de campo (método FIAT), por registos estruturados de avistamentos e pela produção de materiais de referência para identificação de fauna. Estas actualizações não substituem levantamentos especializados, sazonais e repetidos, sempre que estejam em causa espécies ameaçadas, habitats potencialmente críticos ou decisões com consequências relevantes. Sempre que exista incerteza relevante, são aplicadas medidas preventivas proporcionais ao risco, como a protecção temporária do local, a verificação técnica, a adaptação das operações e, quando necessário, a consulta a especialistas.

8.4 Áreas de conservação e Altos Valores de Conservação (AVC)

Áreas de conservação

A estratégia de conservação dos valores naturais e socioculturais assenta na avaliação dos valores presentes, no seu mapeamento, na avaliação prévia dos impactes potenciais das operações e na definição e aplicação de medidas de mitigação. As áreas de conservação correspondem usualmente a cemitérios, árvores tradicionais e outros lugares de culto, zonas de protecção das linhas de água, afloramentos rochosos (especialmente inselbergs) e áreas com declive, propensas à erosão, que são preservadas com a sua vegetação natural. Podem incluir ainda nascentes e zonas húmidas, habitats de espécies de interesse para a conservação e corredores ecológicos.

A identificação inicia-se durante o Projecto Florestal, antes de qualquer intervenção operacional, através da análise de cartografia e de informação ambiental e social, de observações de campo e da consulta às comunidades. As áreas identificadas são georreferenciadas e integradas no planeamento, podendo ser excluídas das operações ou sujeitas a medidas específicas de protecção, conservação, restauro ou uso controlado. A área de conservação e protecção abrange cerca de 13,5 % do âmbito do Plano (ver secção 4.1).

Altos Valores de Conservação

A avaliação considera os Altos Valores de Conservação (AVC) das categorias 1 a 6, resumidos no quadro seguinte. A identificação é feita por fases, combinando triagem documental, verificações no terreno, conhecimento local, consulta das partes interessadas e, quando necessário, validação por especialistas. Para cada valor confirmado, ou com possibilidade fundamentada de ocorrência, são documentados a localização, as evidências, as ameaças, os objectivos de gestão, as medidas, os indicadores, a frequência de monitorização e as responsabilidades. Na ausência de informação suficiente, aplica-se uma abordagem de precaução até se concluir a avaliação.

Quadro 6 – Altos Valores de Conservação: valores, ameaças, medidas e indicadores.

AVC	Valor considerado	Principais ameaças	Medidas de gestão	Indicador
AVC 1	Espécies ameaçadas, endémicas ou migradoras	Caça, fogo, perda de habitat, perturbação	Protecção do habitat, controlo de acessos, restauro, sensibilização	Ocorrência de espécies-chave; condição do habitat
AVC 2	Ecosistemas de grande escala e conectividade	Fragmentação, conversão, fogo	Protecção de blocos e da conectividade	Cobertura e conectividade
AVC 3	Ecosistemas raros, ameaçados ou frágeis	Invasoras, fogo, agricultura, degradação	Controlo de invasoras, restauro e restrição operacional	Cobertura nativa; espécies indicadoras
AVC 4	Água, controlo da erosão e outros serviços críticos	Erosão, sedimentos, degradação ripícola	Protecção ripícola, estabilização e restauro	Focos de erosão; condição das margens
AVC 5	Recursos essenciais utilizados pelas comunidades	Sobreutilização ou restrição indevida de acesso	Acordos de uso, monitorização participativa, alternativas	Disponibilidade do recurso; pressão de uso
AVC 6	Cemitérios, árvores sagradas, locais de culto ou históricos	Danos físicos, intervenção não autorizada	Exclusão operacional, delimitação e diálogo comunitário	Integridade física; continuidade de uso

A análise multicritério concluída em 2025 (ver 8.3) indica prioridades relativas de conservação e restauro; não constitui, por si só, uma classificação definitiva da condição ecológica ou de AVC. As áreas prioritárias são verificadas no terreno, incluindo a avaliação ecológica, o uso comunitário e a viabilidade social da conservação.

A monitorização avalia se os valores identificados estão a ser mantidos ou melhorados e se as medidas são eficazes, através de fichas de campo, informação georreferenciada, fotografia, indicadores ecológicos e sociais e consulta das comunidades, alimentando um processo de gestão adaptativa. Os indicadores incluem a condição da vegetação nativa, a ocorrência de espécies de interesse para a conservação, a integridade das margens e nascentes, a erosão, os incidentes, as invasoras, as pressões de uso e a integridade dos locais culturais.

9. Recursos florestais e sistema silvícola

As operações florestais são descritas em modelos de silvicultura e convertidas em planeamento optimizado ao nível do talhão, tendo em conta as restrições legais, ambientais e sociais de cada área de intervenção. A gestão abrange toda a cadeia de valor da Portucel Moçambique, representada na figura seguinte.

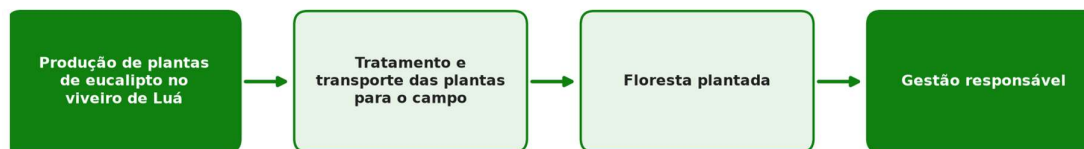


Figura 3 – Cadeia de Valor da Portucel Moçambique.

9.1 Arquitectura e níveis de planeamento florestal

O Planeamento Florestal articula a informação territorial, cadastral, silvícola, ambiental, social, operacional e económica, assegurando a coerência entre os objectivos de gestão, a disponibilidade dos recursos florestais e a execução das operações. Esta articulação é estruturada a partir do Sistema de Gestão Florestal da Portucel Moçambique (SGF), que constitui o sistema central de referência para a gestão da actividade florestal em gabinete.

O SGF integra os referenciais técnicos, os processos, as responsabilidades, os registos e as ferramentas utilizados pela Empresa para planear, executar, controlar e melhorar continuamente a gestão florestal. Centraliza e organiza a informação necessária ao acompanhamento da produção, dos impactes e riscos associados às actividades e da conservação dos valores naturais, arqueológicos, culturais e sociais.

O SGF é suportado pelas soluções INFLOR, utilizadas no registo, planeamento e controlo das actividades. Articula-se com os Sistemas de Informação Geográfica, o cadastro de terras e florestal, o inventário florestal, os modelos de produção e de silvicultura e as plataformas de registo, controlo e acompanhamento operacional. Estas ferramentas complementares asseguram a produção de cartografia, a análise territorial, o registo espacial das operações e ocorrências e a consolidação da informação de suporte à decisão.

Com base nesta arquitectura de informação, o processo de Planeamento Florestal organiza-se em níveis encadeados. O Plano de Médio Prazo (PMP) estabelece, para um horizonte de cinco anos, as necessidades e prioridades de plantação, manutenção, colheita e gestão pós-colheita, tendo em conta a estrutura etária, a produtividade, os volumes disponíveis e as condicionantes aplicáveis. A partir deste horizonte é preparado o plano anual, que define as áreas, metas, recursos e actividades previstas para cada ano. O planeamento operacional detalha posteriormente a execução ao nível da UGF e do talhão, incluindo a localização, sequência, calendarização, requisitos técnicos e medidas ambientais, sociais e de segurança de cada operação.

A execução registada no SGF e os resultados da monitorização são comparados com o planeado e utilizados para actualizar as estimativas, corrigir desvios e rever o plano anual e o PMP, assegurando um processo contínuo de planeamento, execução, controlo e melhoria.

9.2 Projecto Florestal

O Projecto Florestal constitui um processo técnico autónomo que suporta a preparação das intervenções de instalação e colheita. A sua elaboração integra informação cadastral, cartográfica, silvícola, ambiental, social e operacional, permitindo caracterizar a área de intervenção, identificar as condicionantes aplicáveis e definir as soluções técnicas adequadas.

Para as operações de instalação, o Projecto Florestal apoia a delimitação das áreas operacionais, dos talhões, das áreas de exclusão e das infra-estruturas necessárias. Para as operações de colheita, fornece a base técnica e cartográfica para a organização da intervenção, considerando os acessos, os carregadouros, as áreas de protecção, os valores ambientais, sociais e culturais e outras condicionantes existentes.

Os elementos definidos no Projecto Florestal são posteriormente incorporados no planeamento operacional e utilizados pelas equipas responsáveis pela execução, controlo e monitorização das operações.

9.3 Espécies, materiais genéticos e justificação

O eucalipto é utilizado por corresponder ao objectivo produtivo da plantação e por existir experiência técnica acumulada sobre o seu comportamento nas condições locais. A selecção de espécies, híbridos e clones considera a adequação edafoclimática, a produtividade, a sanidade, a disponibilidade de material, a diversidade genética, o risco de invasão, o consumo de recursos e a resiliência às condições ambientais.

As plantações utilizam predominantemente materiais clonais de *Eucalyptus urophylla* e híbridos de *Eucalyptus grandis* × *Eucalyptus urophylla*, seleccionados a partir de materiais com origem no Brasil e na África do Sul. A selecção é apoiada por ensaios de campo em diferentes condições de solo e clima, que consideram o crescimento, a adaptação ao local, a qualidade da madeira e a resistência a pragas e doenças. Os materiais com melhor desempenho são progressivamente integrados na produção, mantendo-se outros em avaliação.

O potencial de dispersão e o comportamento invasor são acompanhados através de observações de campo e de um programa de inventário, prevenção e controlo de espécies invasoras. A utilização de espécies e genótipos não nativos é acompanhada por ensaios, monitorização fitossanitária e ambiental e revisão da adequação dos materiais; os materiais que apresentem comportamento inadequado ou risco não aceitável são retirados ou sujeitos a medidas espe

cíficas de controlo.

9.4 Classes de idade, inventário e produtividade

Classes de idade

Os povoamentos foram estabelecidos de forma faseada e apresentam, por isso, diferentes idades, estádios de desenvolvimento e regimes de gestão. A distribuição por classes de idade é a base do planeamento das actividades silvícolas, do inventário, da protecção florestal e da colheita, e é gerida pela Direcção de Planeamento e Gestão de Terras. A distribuição por classe de idade que representam estádios de desenvolvimento, em %, na tabela 1:

Tabela 1 – Distribuição do património por estágios de desenvolvimento.

Categoria	Intervalo de idade	% da área total Produtiva
Povoamentos Jovens	0 a <3 anos	12,8%
Crescimento / Maturação	3 a <6 anos	15,4%
Idade de colheita	≥6 anos	71,9%

Inventário e produtividade

O inventário florestal volumétrico corrente constitui uma das principais fontes de informação para o planeamento e o acompanhamento dos povoamentos. Nas parcelas de inventário são recolhidos dados biométricos, nomeadamente o número de árvores, o diâmetro e a altura, utilizados para estimar o volume por hectare e o acréscimo médio anual. Os resultados são analisados por província e por estágio de desenvolvimento — meio-ciclo e pré-corte — permitindo actualizar as estimativas de madeira disponível, apoiar o planeamento da colheita e identificar variações de desempenho que possam justificar ajustamentos das práticas silvícolas, dos materiais genéticos ou das condições de gestão.

Os resultados preliminares do Inventário Corrente de 2026, apresentados em Junho de 2026, indicam, para o conjunto das áreas inventariadas nas duas províncias, um acréscimo médio anual geralmente situado entre 25 e 35 m³ ssc/ha/ano. Estes resultados referem-se exclusivamente aos povoamentos abrangidos pelo inventário e evidenciam uma variabilidade significativa da produtividade, associada à idade, ao material genético, às condições locais e às práticas de gestão. Em termos gerais, as produtividades observadas enquadram-se nos intervalos considerados no planeamento florestal, sendo as estimativas actualizadas periodicamente com base nos inventários realizados.

A colheita é planeada com base nos inventários, na idade, logística associada e condição dos povoamentos, na madeira disponível e na capacidade de regeneração ou rearboreização, e devem observar os níveis sustentáveis determinados para o horizonte de planeamento.

9.5 Produção de plantas

O viveiro da Portucel Moçambique, localizado em Luá, distrito de Ile, na Zambézia, ocupa 7,5 hectares e tem uma capacidade instalada de mais de 6 milhões de plantas por ano, incluindo plantas de eucalipto, de espécies nativas e fruteiras. Em 2025, foram expedidas cerca de 1,8 milhões de plantas para as plantações da Empresa, clientes externos, actividades de investigação, programas de restauro florestal e distribuição às comunidades.

No primeiro semestre de 2026, foram expedidas 674 158 plantas: 672 792 de eucalipto (44 451 para a Portucel Moçambique e 628 341 para clientes externos), 1 214 fruteiras e 152 plantas de espécies nativas. As fruteiras foram distribuídas às famílias no âmbito dos programas de desenvolvimento social e as espécies nativas utilizadas em iniciativas de restauro florestal. O total acumulado reportado é de 28 101 955 plantas de eucalipto, 10 510 fruteiras e 8 185 plantas nativas.

9.6 Instalação, manutenção, talhadia e rearboreização

Os modelos de silvicultura definem a sequência de operações de cada talhão para a arborização, a rearboreização e a gestão de talhadia, desde a preparação do terreno e a

manutenção nas diferentes idades, à adubação, ao controlo de pragas, doenças e vegetação espontânea e à defesa da floresta contra incêndios. O regime previsto é de 6 a 8 anos por rotação, com replantação das áreas por ciclos sucessivos ou condução em talhadia durante duas rotações, seguida de nova replantação.

Instalação

A instalação é a primeira fase da formação de um povoamento e compreende todas as actividades, desde a preparação da área até à plantação, encerrando com a retanchar, que repõe a densidade em caso de mortalidade, sempre que se justifique.

Infra-estruturas florestais

As infra-estruturas florestais, em particular a rede viária, permitem acessos eficazes e seguros, apoiam a prevenção e o combate aos incêndios e optimizam a exploração. As populações da área de influência do projecto beneficiam também da melhoria da transitabilidade dos caminhos rurais.

Manutenção dos povoamentos

A manutenção compreende as práticas silvícolas aplicadas após a instalação, ou após o corte no caso da talhadia: controlo da vegetação espontânea, adubação de manutenção, controlo de pragas e doenças e selecção de varas.

Fertilidade do solo

A fertilidade é acompanhada por análises físicas e químicas ao longo do ciclo dos povoamentos, para caracterizar as condições naturais do solo, acompanhar a disponibilidade de nutrientes e apoiar a definição ou o ajustamento da fertilização. Uma variação analítica, por si só, não permite concluir que houve impacto da gestão florestal, pois os resultados são também influenciados por condições naturais, precipitação, erosão, lixiviação, métodos laboratoriais e intervenções anteriores.

A monitorização é feita em parcelas permanentes, distribuídas de modo a abranger progressivamente as Regiões de Produtividade. Em cada parcela recolhe-se uma amostra composta (dez amostras simples) nas camadas de 0–25 cm e 25–50 cm, em três momentos do ciclo: T0, antes da intervenção ou da adubação de instalação; T1, cerca de um ano após a segunda adubação de manutenção (aproximadamente aos três anos); e T2, antes da colheita. Na talhadia, o resultado obtido antes da colheita da rotação anterior é a referência inicial do novo ciclo. Entre os parâmetros analisados incluem-se a textura, a matéria orgânica, a condutividade eléctrica, o pH, o fósforo extraível, o potássio, o cálcio, o magnésio, o sódio, a acidez, o alumínio de troca e alguns micronutrientes.

A avaliação mais recente com resultados comparáveis foi realizada em 2025, em parcelas de Gondola (Manica). A comparação entre a situação inicial (T0, 2022) e T1 (2025) indicou que a estrutura física do solo se manteve estável, com a classe textural franco-arenosa preservada nas duas profundidades. A componente química revelou variações na disponibilidade de nutrientes, incluindo reduções de fósforo e alterações de cálcio e magnésio, que se encontram em avaliação técnica para fundamentar eventuais ajustamentos da fertilização. Estes resultados não devem ser extrapolados para toda a província de Manica, para a Zambézia ou para a totalidade das áreas plantadas. No segundo semestre de 2025 não houve novas recolhas em Manica, por não estarem previstas no calendário do procedimento.

10. Protecção e salvaguardas operacionais

10.1 Incêndios florestais e uso planeado do fogo

Contexto e sistema de defesa

Em Moçambique, os incêndios florestais têm frequentemente origem em queimadas realizadas pelas comunidades para a abertura de machambas, a caça, a colheita de produtos como o mel e o carvão, ou para afugentar animais selvagens das zonas residenciais. Muitas vezes, as queimadas que se pretendem controladas acabam por atingir áreas maiores e não desejadas. A sensibilização das comunidades para os riscos do uso descontrolado do fogo tem sido levada a cabo de forma contínua.

O fogo é um dos principais riscos para os povoamentos, as áreas de conservação, os solos, a biodiversidade, as infra-estruturas e as comunidades próximas. A Portucel Moçambique mantém um sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) para Manica e a Zambézia, que integra prevenção, preparação, detecção, primeira intervenção, combate, registo, avaliação de danos e aprendizagem após cada campanha. A prevenção inclui a avaliação do risco, a manutenção de caminhos e aceiros, a gestão manual e mecânica de combustíveis, a preparação dos meios de combate e a sensibilização das comunidades, trabalhando com lideranças, autoridades e agentes comunitários.

Todas as ocorrências são registadas e analisadas quanto à localização, data, causa conhecida ou provável, área percorrida, tipo de área afectada, recursos mobilizados e danos. Os resultados de cada campanha são usados para rever as prioridades de prevenção, a eficácia das intervenções sobre combustíveis, a organização territorial e a prontidão dos meios.

Em 2025 foram registados cerca de 51 hectares percorridos pelo fogo nas áreas sob gestão, após um ano sem ocorrências reportadas. A análise interna identificou oportunidades de reforço da capacidade preventiva, da prontidão operacional e da organização do sistema de defesa contra incêndios. O Manual de Campanha de Defesa da Floresta Contra Incêndios, revisto em Maio de 2026 e aprovado em Setembro de 2026, estrutura as acções anuais de prevenção, gestão comunitária do fogo, monitorização de impactes, gestão de combustíveis, preparação dos meios, combate e avaliação da campanha.

Uso planeado do fogo

De forma selectiva, a Portucel Moçambique utiliza o fogo controlado (também designado queima prescrita ou queimada fria) como uma das técnicas de gestão de combustíveis e de prevenção de incêndios nas plantações de Manica e da Zambézia. Não se trata de queimada indiscriminada: só é considerada em povoamentos, locais e períodos previamente seleccionados em função da idade e sensibilidade das árvores, da estrutura, carga e continuidade dos combustíveis, do risco de incêndio, das condições meteorológicas e da capacidade de controlo da operação. Os seus objectivos são reduzir a carga combustível e o potencial de propagação e intensidade dos incêndios, melhorar as condições de intervenção das equipas e apoiar a sua formação operacional.

As operações são planeadas e executadas por pessoal da DFCI, com meios de protecção e combate disponíveis, sujeitas a autorização e registadas no sistema de informação geográfica (localização, data e técnica). Os resultados são acompanhados pela evolução da carga

combustível e pela monitorização dos efeitos sobre as árvores, o solo, a mortalidade e a produtividade, incluindo comparações com áreas não tratadas. A prática está sujeita à legislação florestal e ambiental aplicável (ver secção 6.3).

10.2 Pragas, doenças e produtos fitofarmacêuticos

Pragas e doenças

As principais pragas que podem afectar os povoamentos de eucalipto são a vespa-da-galha, o percevejo-do-bronzeamento, o psílideo-de-concha, o gorgulho-do-eucalipto, a broca-do-eucalipto, a psila-da-folha-jovem, as térmitas (muchém) e o escaravelho-da-folha-jovem. As doenças são maioritariamente cancrios do tronco. Para caracterizar a dispersão e a incidência das principais pragas e doenças, foram realizadas monitorizações fitossanitárias dos ensaios e prospecções em povoamentos e em plantas de eucalipto isoladas na área do projecto.

A gestão de pragas e doenças está a cargo da Protecção Florestal, em colaboração com a área de I&D, com apoio de especialistas como o RAIZ, o IIAM e universidades sul-africanas. Os povoamentos são observados de forma continuada.

Gestão integrada de pragas e pesticidas

A Portucel Moçambique privilegia a prevenção e a gestão integrada de pragas, recorrendo a produtos fitofarmacêuticos apenas quando a necessidade esteja tecnicamente fundamentada e os riscos tenham sido avaliados. A decisão considera a identificação da praga ou doença, a eficácia esperada, o contexto operacional, os riscos para as pessoas e o ambiente e a disponibilidade de alternativas menos perigosas (preventivas, culturais, silvícolas, mecânicas e biológicas).

A selecção, a aquisição, o transporte, o armazenamento, a preparação, a aplicação e a eliminação das embalagens obedecem aos requisitos legais de Moçambique e aos procedimentos internos: verificação da autorização do produto e do fornecedor, rótulos e fichas de dados de segurança actualizadas, formação dos aplicadores, equipamento de protecção individual, resposta a derrames, respeito pelas condições meteorológicas e zonas de protecção, registo das aplicações, monitorização da eficácia e gestão de excedentes, embalagens e produtos fora de validade. O procedimento determina a selecção preferencial de produtos menos tóxicos, a preparação apenas da quantidade necessária, a tripla lavagem e inutilização das embalagens e a protecção de cursos de água, áreas sensíveis, pessoas, animais e colmeias.

Os produtos autorizados constam de uma lista controlada, por categoria funcional (insecticidas, fungicidas e herbicidas), com indicação do nome comercial, da substância activa, da finalidade, do local e modo de aplicação, do estatuto de autorização em Moçambique e da classificação de perigosidade. A lista não é evidência de utilização efectiva: as quantidades efectivamente aplicadas são registadas separadamente, por produto, período, província, unidade de gestão e operação.

As avaliações de risco ambiental e social abrangem os efeitos potenciais sobre o solo, a água superficial e subterrânea, a atmosfera, as espécies não alvo, os valores de conservação, os serviços dos ecossistemas, a saúde humana, a alimentação, as actividades económicas e os direitos das comunidades, com medidas específicas de mitigação e monitorização. Em Maio de 2026, a avaliação interna abrangia os produtos utilizados nas operações florestais e no viveiro,

classificados, de acordo com referenciais internacionais de gestão florestal responsável, como não listados, restritos ou altamente restritos.

Antes da utilização de um produto químico são consideradas as alternativas técnicas, incluindo opções não químicas e produtos de menor perigosidade. No controlo de térmitas, o fipronil foi abandonado após a sua inclusão numa lista internacional de pesticidas proibidos aplicável à gestão florestal responsável e, depois de uma avaliação técnica de alternativas, foi seleccionado o tiametoxam. Os pesticidas altamente perigosos são verificados face à lista internacional aplicável antes da aquisição e utilização; os produtos proibidos não são utilizados, salvo nas situações excepcionais expressamente previstas pelo referencial adoptado. A eventual utilização de produtos restritos ou altamente restritos depende de avaliação de riscos, demonstração da necessidade, análise de alternativas, medidas de mitigação e monitorização e evidência documental.

Os produtos e as quantidades efectivamente utilizados em 2025, por finalidade e local, poderão ser incluídos em futuras revisões, após validação a informação.

10.3 Espécies invasoras

A Portucel Moçambique adopta uma abordagem preventiva e baseada no risco para identificar, registar e controlar plantas exóticas invasoras, com o objectivo de prevenir a sua introdução e dispersão, reduzir os impactos sobre os povoamentos, a vegetação nativa, os habitats e os serviços dos ecossistemas e actuar prioritariamente onde o controlo seja mais eficaz.

O inventário é feito no terreno por técnicos das áreas florestal, de protecção, de projecto e de sustentabilidade, com formulários georreferenciados. Para cada ocorrência registam-se, entre outros elementos, a espécie, a localização, a área afectada, o grau de ocupação, a altura média, as espécies dominantes e secundárias e uma proposta preliminar de intervenção. A informação é consolidada em cartografia de ocupação, actualizada periodicamente, e usada para definir anualmente as prioridades de controlo. A priorização considera a dimensão e distribuição da ocorrência, o potencial de dispersão e impacto, a localização, a viabilidade técnica do controlo, os riscos da intervenção e os recursos disponíveis. Nas plantações, parte do controlo é integrada nas operações regulares de gestão da vegetação; nas áreas de conservação e noutros locais sensíveis são definidas medidas específicas.

Até ao final de 2025 tinham sido identificadas 22 espécies com ocorrência dispersa nas áreas avaliadas, o que constitui uma linha de base operacional a actualizar por levantamentos de campo. O controlo é acompanhado pela evolução da área ocupada, pela reincidência dos focos e pela eficácia das medidas; quando uma ocorrência se repete em anos sucessivos, a abordagem é reavaliada.

10.4 Solo, erosão, água e infra-estruturas

Erosão do solo

A conservação do solo é integrada no planeamento, na instalação, na manutenção, na colheita e na gestão pós-colheita. As operações têm em conta o declive, o tipo de solo, a drenagem, a cobertura vegetal, a proximidade de linhas de água e o risco de erosão. As medidas preventivas incluem a delimitação de áreas não operacionais e zonas de protecção, a mobilização do solo segundo as curvas de nível, a adaptação das operações ao declive, a manutenção da

cobertura vegetal sempre que tecnicamente adequada, a gestão do escoamento superficial e a instalação e manutenção de estruturas de drenagem em estradas, caminhos e aceiros.

Os focos de erosão são identificados e registados com georreferenciação, avaliando-se a localização, a dimensão, a severidade, a causa provável e o risco para solos, linhas de água, infra-estruturas e operações. Até ao final de 2025 tinham sido identificados 42 pontos de erosão, maioritariamente associados a vias de acesso, caminhos e aceiros. As medidas correctivas incluem a estabilização de sulcos e ravinas, o reperfilamento do terreno, a colocação de material de contenção e a construção de estruturas que reduzam a velocidade do escoamento. A eficácia é verificada por inspecções, registos fotográficos e avaliação da estabilização do terreno.

Recursos hídricos

Antes das operações são identificadas e cartografadas as linhas de água, nascentes, zonas húmidas, áreas de drenagem e respectivas faixas de protecção, sujeitas a restrições operacionais e a medidas que mantêm a vegetação ripícola, reduzem a erosão e evitam o transporte de sedimentos, resíduos e produtos químicos para o meio aquático.

A qualidade da água é monitorizada através de um protocolo baseado no risco: a selecção das bacias considera, entre outros factores, a proporção de floresta plantada, e são monitorizados pontos a montante e a jusante das áreas de operação, complementados, quando aplicável, pela monitorização de furos e de pontos associados ao viveiro. No primeiro semestre de 2026 foram monitorizadas bacias em Manica e na Zambézia. A maioria dos parâmetros apresentou resultados dentro dos valores de referência utilizados; foram identificadas algumas excedências ou resultados anómalos, que se encontravam em verificação. Quando se detecta uma alteração relevante, analisam-se a qualidade dos dados, as condições sazonais, as actividades na bacia e as diferenças entre pontos e, se necessário, realizam-se novas amostragens, inspecções e medidas preventivas ou correctivas, incluindo o controlo da erosão e o reforço das zonas de protecção. A Empresa promove ainda a utilização eficiente da água.

Sistema de Gestão Florestal e registo de ocorrências

Em 2022, todos os colaboradores receberam formação e foram testados no uso do SGF (Sistema de Gestão Florestal - ver secção 9.1) para o registo de ocorrências, acompanhando-as até ao fecho. As ocorrências estão agrupadas nas categorias: infra-estruturas, furtos, abates, actividades não autorizadas, operações florestais não previstas, incêndios, protecção florestal, avistamentos, benefícios e pagamentos, e gestão de terras.

Gases com efeito de estufa

A Portucel Moçambique quantifica as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) das suas actividades, segundo a metodologia do GHG Protocol: emissões directas, indirectas associadas à electricidade adquirida e outras emissões indirectas relevantes da cadeia de valor. No primeiro semestre de 2026, as emissões inventariadas totalizaram 373,51 tCO₂e, uma redução de 45% face ao período homólogo de 2025, que deve ser interpretada à luz das alterações no nível e tipo de actividade e nos critérios de cálculo. Estes valores abrangem emissões operacionais e não constituem um balanço líquido de emissões e remoções de carbono; a quantificação do carbono florestal será divulgada com indicação do ano, âmbito, metodologia, pressupostos e limitações.

11. Colheita, carregamento, logística e rastreabilidade

11.1 Colheita florestal

A colheita compreende o abate, a traçagem, a movimentação e a concentração da madeira em carregadouro, seguida do transporte e da gestão posterior da área. As operações são planeadas para assegurar segurança, viabilidade económica, rastreabilidade da madeira e minimização dos impactes ambientais e sociais.

Antes de cada operação é preparado um projecto de colheita com cartografia operacional, que considera os limites dos talhões, os acessos, o declive, as condições do solo, as linhas de água e faixas de protecção, as áreas de conservação (por valores ambientais, sociais ou culturais), as áreas de exclusão, o sentido de abate, a localização dos carregadouros e as medidas específicas de prevenção. A execução é acompanhada por controlo operacional e inspecções no terreno, que verificam o respeito pelos limites e zonas de exclusão, a protecção dos solos e dos recursos hídricos, a prevenção de danos à vegetação remanescente, a gestão de resíduos, a segurança, a separação e rastreabilidade da madeira e o cumprimento dos requisitos pelos prestadores de serviços.

Tabela 2 – Colheita no primeiro semestre de 2026.

Província	Área colhida (ha)
Manica	164
Zambézia	346
Total	510

Após a colheita, cada área é avaliada para definir o regime de gestão seguinte (talhadia, replantação, reafecção ou outra decisão tecnicamente fundamentada), avaliando-se também a estabilização do solo, a manutenção de resíduos florestais, a recuperação de acessos, a protecção das zonas sensíveis e a correcção de danos. Os resultados das inspecções, ocorrências e medidas correctivas são usados para melhorar os projectos de colheita, os métodos, a formação das equipas e a avaliação dos prestadores de serviços.

11.2 Logística e transporte

A madeira comercializada pode ser disponibilizada aos clientes em pé ou em locais de carregamento definidos nas unidades de gestão. No modelo comercial actual, a Portucel Moçambique não realiza o transporte rodoviário: a disponibilização dos camiões, a contratação dos transportadores, a obtenção da documentação de transporte e a condução da carga até ao destino são da responsabilidade dos clientes ou das entidades por estes contratadas.

Os contratos de venda determinam que os clientes e os transportadores cumpram a legislação aplicável, incluindo os requisitos laborais, ambientais, de saúde e segurança no trabalho e de segurança rodoviária. Nas áreas sob gestão da Portucel Moçambique aplicam-se também regras sobre rotas autorizadas, condições dos veículos, limites de carga, acondicionamento e amarração da madeira, velocidade adequada e prevenção de danos nas estradas, infra-estruturas, comunidades e ambiente. O controlo directo da Portucel Moçambique termina no

limite definido contratualmente, sem prejuízo do acompanhamento e verificação das operações dentro das suas unidades de gestão.

11.3 Rastreabilidade

Antes da saída da madeira, a Portucel Moçambique assegura o carregamento, a identificação da origem, o registo da carga e a determinação ou estimativa do volume comercializado, segundo os procedimentos internos. A informação registada permite relacionar cada carga com a origem, a unidade de gestão, o local de carregamento, o produto, o volume, o cliente, o veículo, o motorista e a empresa transportadora, contribuindo para a legalidade e a rastreabilidade da madeira até ao ponto em que a responsabilidade é transferida para o cliente. A reconciliação entre o volume expedido, recebido e vendido faz parte da monitorização (secção 15).

12. Trabalhadores, prestadores, formação e saúde e segurança

12.1 Emprego

A 31 de Dezembro de 2025, a Portucel Moçambique contava com 107 colaboradores directos e 162 prestadores de serviços individuais, num total de 269 empregos permanentes, dos quais 96% ocupados por moçambicanos e 21% por mulheres. Foram realizadas 173 904 jornas de trabalho ocasional e sazonal, sobretudo junto das comunidades, equivalentes a 685 postos de trabalho a tempo inteiro (ETI), o que perfaz 954 empregos equivalentes associados à actividade.

No primeiro semestre de 2026, estiveram directamente envolvidas no projecto 249 pessoas (102 em Manica e 147 na Zambézia), além de 605 ETI de trabalho ocasional ou sazonal (267 em Manica e 338 na Zambézia). Os valores semestrais não devem ser somados aos valores anuais de 2025. Uma estimativa sectorial indica ainda mais de 800 empregos associados à indústria de base florestal dinamizada pela Empresa; este valor é uma estimativa e não corresponde a emprego directo da Portucel Moçambique.

12.2 Formação

Em 2025, foram reportadas 950,15 horas de formação através do Learning Center, mais de 3 000 horas de formação em Segurança e Saúde no Trabalho e 2 502 horas de formação em contexto de trabalho. Desde 2014 e até ao final de 2023, foram registadas 30 093 horas de formação e valorização profissional, e mais de 200 colaboradores participaram nas aulas de alfabetização do Viveiro de Luá.

12.3 Saúde e segurança no trabalho

Em 2025 não ocorreram acidentes com perda de dias de trabalho nem casos confirmados de doença profissional. Os requisitos de saúde e segurança aplicam-se igualmente aos prestadores de serviços, incluindo transportadores, nos termos dos contratos (ver secção 11.2). Os índices de frequência e de gravidade de acidentes são acompanhados mensalmente.

13. Comunidades, partes interessadas, reclamações e disputas

13.1 Relacionamento com as comunidades e acesso à terra

Nas Unidades de Gestão de Manica e da Zambézia, o projecto é desenvolvido segundo um modelo de gestão da paisagem em mosaico, concebido para evitar o reassentamento físico associado às actividades florestais e permitir a coexistência das plantações com as habitações, as áreas agrícolas, os locais de importância cultural, os recursos de uso comunitário e as áreas de conservação.

O acesso às áreas utilizadas pela Empresa é precedido pela identificação dos direitos legais e consuetudinários, dos usos existentes e das pessoas potencialmente afectadas, procurando assegurar processos informados, participativos e documentados. A Portucel Moçambique lançou, desde a fase inicial do projecto, Programas de Comunicação e de envolvimento com as partes interessadas e um Programa de Acesso à Terra. Os Agentes de Ligação Comunitária apoiam a ligação com as comunidades.

Sempre que sejam identificados impactes sobre o acesso à terra, os recursos ou os meios de subsistência, a Empresa avalia medidas de prevenção, mitigação, reparação ou compensação adequadas, em diálogo com os titulares de direitos.

13.2 13.2 Reclamações e resolução de disputas

A Portucel Moçambique disponibiliza mecanismos para a apresentação, o registo e o tratamento de reclamações e disputas. As ocorrências são registadas no Sistema de Gestão Florestal e acompanhadas até ao seu fecho. Qualquer parte interessada pode também apresentar sugestões, comentários ou reclamações através dos contactos indicados na secção 17. Por razões de confidencialidade, não são divulgados dados individuais sobre reclamações ou litígios.

13.3 Locais culturais e de uso comunitário

Os cemitérios, as árvores sagradas e os outros locais de culto são identificados com as comunidades, georreferenciados, excluídos das operações e protegidos (ver secção 8.4). A sua localização não é divulgada publicamente.

14. Benefícios económicos e sociais

A gestão procura gerar benefícios económicos e sociais compatíveis com a viabilidade de longo prazo das Unidades de Gestão, incluindo a produção sustentável de madeira, o emprego, a contratação de serviços, as compras locais, a formação e os programas sociais.

Quadro 7 – Benefícios económicos e sociais.

Elemento	Descrição e data de referência
Produtos e serviços	Produção de plantas, instalação e manutenção de povoamentos de eucalipto, prevenção e combate a incêndios, monitorização de pragas e doenças, colheita, rechega, carga e comercialização de madeira. A madeira é vendida sobretudo em rolaria, para exportação e para o mercado nacional, incluindo a indústria de folheados. O Viveiro de Luá produz plantas de eucalipto para as plantações próprias e clientes externos, plantas nativas para restauro e árvores de fruto para as famílias (ver 9.3).
Emprego	Em 2025: 269 empregos permanentes (96% ocupados por moçambicanos; 21% por mulheres) e 685 ETI de trabalho ocasional e sazonal (ver secção 12).
Compras e serviços locais	A Portucel Moçambique privilegia, sempre que técnica e comercialmente viável, a contratação de fornecedores e prestadores de serviços nacionais. Informação sobre fornecedores e compras locais consta dos relatórios institucionais e de sustentabilidade da Empresa.
Programas sociais	O Programa de Desenvolvimento Social, em curso desde 2015, actua nos eixos da segurança e diversidade alimentar, da geração de rendimento e da melhoria do bem-estar. Em 2025, o investimento acumulado era de USD 8,9 milhões. No primeiro semestre de 2026, o programa abrangia directamente 2 381 famílias em Manica e 4 274 na Zambézia, através de extensão agrícola, sementes e plântulas melhoradas, Campos de Demonstração de Resultados, apicultura, piscicultura, fomento caprino, vacinação de aves, celeiros melhorados, fruteiras, hortas escolares, água, saúde e educação.
Área colhida e gestão sustentável	A colheita é planeada com base nos inventários e na capacidade de regeneração, e é reavaliada no planeamento anual (ver 9.2). No primeiro semestre de 2026 foram colhidos 510 ha.
Diversificação	Para além da madeira para exportação e mercado nacional, a Empresa produz plantas para terceiros, plantas nativas para restauro e fruteiras para programas sociais, e presta assistência técnica em parcerias de fomento florestal, nomeadamente através do MOZFIP.

15. Monitorização, resultados e gestão adaptativa

15.1 Abordagem

A implementação do Plano é acompanhada por indicadores operacionais, ambientais, sociais, económicos e de saúde e segurança. Os resultados são analisados pelas áreas responsáveis e usados para rever objectivos, metas, procedimentos e práticas operacionais. Quando revelam incumprimento, tendência adversa ou eficácia insuficiente, são definidas acções correctivas e preventivas, com responsáveis, prazos e critérios de eficácia.

15.2 Quadro de monitorização

Quadro 8 – Quadro de monitorização.

Tema	Indicadores principais	Frequência	Responsável
Implementação do plano anual	Área plantada, mantida, replantada e em talhadia; percentagem de execução do plano anual	Mensal; consolidação anual	Planeamento Florestal e Produção
Produção de plantas	Plantas produzidas ou expedidas por espécie e destino; taxa de sobrevivência	Mensal e por campanha	Viveiro e Produção
Qualidade das operações silvícolas	Operações inspeccionadas; conformidade; desvios corrigidos no prazo	Mensal	Produção e Controlo de Qualidade
Inventário e produtividade	Área por classe de idade; volume em pé; incremento médio anual; estado fitossanitário	Anual ou conforme o programa de inventário	Planeamento Florestal e I&D
Colheita e pós-colheita	Área colhida; área gerida após colheita	Mensal e anual	Colheita, Produção e Planeamento
Rastreabilidade	Volume expedido e vendido; cargas com documentação completa; diferença entre volume expedido, recebido e vendido	Por carga; consolidação mensal	Colheita, Logística, Comercial e Certificação
Viabilidade financeira	Orçamento aprovado e executado; custo por hectare plantado, mantido e colhido	Mensal e anual	Direcção Financeira
Emprego e valor local	Colaboradores, prestadores, jornas, ETI; contratação local	Mensal e anual	Recursos Humanos, Produção e Financeira
Solo e água	Fertilidade em parcelas permanentes (T0, T1, T2); pontos de erosão; qualidade da água a montante e a jusante	Conforme protocolo; semestral (água)	Sustentabilidade
Biodiversidade e AVC	Condição da vegetação nativa; espécies de interesse; integridade de margens e locais culturais; invasoras	Anual	Sustentabilidade
Incêndios	Ocorrências, área percorrida, causas, tempos de resposta	Por ocorrência; avaliação por campanha	Protecção Florestal

15.3 Resultados recentes

Tabela 3 – Principais resultados de monitorização.

Tema	Resultado	Período
Colheita	510 ha	1.º semestre de 2026

Tema	Resultado	Período
Expedição de plantas	674 158 plantas (672 792 de eucalipto)	1.º semestre de 2026
Incremento Médio Anual (inventário)	25 a 35 m³ ssc/ha/ano (preliminar)	Inventário Corrente de 2026
Área percorrida pelo fogo	Cerca de 51 ha	2025
Pontos de erosão identificados	42	Até ao final de 2025
Espécies invasoras identificadas	22	Até ao final de 2025
Emissões de GEE	373,51 tCO ₂ e (-45% face ao período homólogo)	1.º semestre de 2026
Acidentes com perda de dias de trabalho	Nenhum	2025

15.4 Gestão adaptativa

Os resultados da monitorização alimentam a revisão periódica do Plano, no mínimo de três em três anos. Exemplos recentes de adaptação são a substituição do fipronil pelo tiametoxame no controlo de térmitas, a revisão do Manual de Campanha de DFCL, a consolidação do Plano de Acção para a Biodiversidade e a avaliação técnica da fertilização após a redução do fósforo observada em Gondola.

16. Desafios, prioridades e alterações introduzidas

16.1 Desafios e prioridades

Quadro 9 – Desafios e prioridades.

Desafio	Prioridade de gestão
Incêndios: cerca de 51 ha percorridos pelo fogo em 2025, associados à redução de recursos de prevenção e combate	Rever a capacidade e a organização do sistema de DFCL; aplicar o Manual de Campanha aprovado em Setembro de 2026; reforçar a gestão comunitária do fogo
Pressão da agricultura itinerante e do uso do fogo pelas comunidades	Sensibilização contínua, diálogo com lideranças e promoção de práticas agrícolas mais seguras e produtivas através do Programa de Desenvolvimento Social
Redução do fósforo disponível observada nas parcelas de Gondola	Concluir a avaliação técnica e ajustar a fertilização; alargar a monitorização às restantes Regiões de Produtividade
42 pontos de erosão, sobretudo em vias de acesso, caminhos e aceiros	Tratar os focos, reforçar a drenagem e verificar a eficácia das intervenções
Excedências ou resultados anómalos na qualidade da água em 2026	Concluir a verificação, repetir amostragens se necessário e reforçar as zonas de protecção
Presença de 22 espécies invasoras	Manter o inventário e o controlo priorizado por risco
Conhecimento da biodiversidade e dos AVC	Validar no terreno as áreas prioritárias de conservação e restauro e repetir levantamentos especializados
Publicação de metas e resultados de todos os indicadores	Definir metas verificáveis e divulgá-las na próxima revisão deste documento

16.2 Alterações introduzidas

- Criação dos distritos de Vanduzi (a partir de Gondola) e de Mulevala (a partir de Ile), reflectida na organização das Unidades de Gestão.
- Formação de todos os colaboradores no uso do SGF para o registo de ocorrências (2022).
- Substituição do fipronil pelo tiametoxame no controlo de térmitas.
- Avaliação interna dos produtos fitofarmacêuticos segundo a classificação internacional aplicável à gestão florestal responsável (Maio de 2026).
- Revisão (Maio de 2026) e aprovação (Setembro de 2026) do Manual de Campanha de DFCL.
- Consolidação do Plano de Acção para a Biodiversidade e aplicação do método FIAT (2026).
- Análise de priorização de conservação e restauro com a WCS (2025).

17. Contactos e informação complementar

17.1 Contactos

Sugestões, comentários e reclamações sobre este documento ou sobre as actividades da Portucel Moçambique podem ser enviados para:

Portucel Moçambique	
Morada	Torres Rani – 9.º andar, Avenida Marginal, 141, Maputo – Moçambique
Telefone	+258 214 836 45 / 46 / 47
Correio electrónico	geral.mz@thenavigatorcompany.com

17.2 Informação complementar

Os componentes relevantes do Plano de Gestão Florestal que não sejam confidenciais podem ser solicitados através dos contactos acima, em português ou em inglês, mediante o pagamento do custo de reprodução. Os compromissos e as políticas da Empresa estão disponíveis no sítio da Portucel Moçambique na Internet.

17.3 Siglas e abreviaturas

Sigla	Significado
AVC	Alto Valor de Conservação
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EPI	Equipamento de Protecção Individual
ETI	Equivalente a Tempo Inteiro
FSC	Forest Stewardship Council
GEE	Gases com Efeito de Estufa
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IFC	International Finance Corporation
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
MOZFIP	Mozambique Forest Investment Program
NGP	New Generation Plantations
SGF	Sistema de Gestão Florestal
SSC	sem casca
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UGF	Unidade de Gestão Florestal
WCS	Wildlife Conservation Society